

CURRICULUM VITAE

I. DADOS PESSOAIS

NOME: Lourenço da Bandeira Manoel de Vilhena de Freitas

NOME PROFISSIONAL: Lourenço VILHENA DE FREITAS

DATA DE NASCIMENTO: 21.12.1973

II. DADOS ACADÉMICOS

- Ensino secundário no Colégio S. João de Brito, com 20 valores no 11.º ano e 19 valores no 12.º ano.

- Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) com distinção, com a classificação final de 17 valores (1996) (melhor aluno da licenciatura).

- Concurso para Assistente-Estagiário em 1997, tendo ficado classificado em 1.º lugar.

- Parte curricular do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na FDUL, com média final de 17 valores (1998).

- Parte curricular do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (equivalente a pós-graduação) na FDUL, com média final de 18 valores (2001).
Apresentou os seguintes relatórios: **i.)** Direito Constitucional - *O controlo dos actos parlamentares não normativos* (18 valores, Regência do Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa); **ii.)** Direito Administrativo - *O poder de modificação unilateral*

dos contratos administrativos por parte da Administração (17 valores, Regência do Prof. Doutor Paulo Otero); **iii.)** *Direito Comunitário - O modelo jurídico-institucional da União Europeia (aproximação a uma perspectiva pós-confederal)* (18 valores, Prof. Doutor Fausto de Quadros).

- Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Políticas (Direito Administrativo), com distinção (17 valores), na FDUL, com uma dissertação subordinada ao tema: *O Poder de Modificação Unilateral do Contrato Administrativo por parte das Administração e as Garantias Contenciosas do seu Co-Contratante perante esse exercício* (2002).

- Admitido a doutoramento na FDUL (2006).

- Prémio André Gonçalves Pereira, atribuído pela Cuatrecasas, Gonçalves Pereira em 2009, com um estudo sobre “Direito Administrativo da Energia; O Sector da Electricidade”.

- Doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas – Direito Comunitário), com Distinção e Louvor, 18 valores, na FDUL, com uma dissertação subordinada ao tema: “Os Contratos de Direito Público da União Europeia” (2011).

III. DADOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Línguas)

- Domínio do Português.

- Inglês (falado e escrito), tendo completado o First Certificate (com A) e frequentado o Proficiency A.

- Francês (falado e escrito).

- Alemão (leitura e alguma capacidade de expressão oral)

- Espanhol e Italiano (compreensão e leitura).

IV. DADOS PROFISSIONAIS

1. ADVOCACIA

- Estágio na *Sérvulo Correia, Calixto & Associados* (hoje redenominada *Sérvulo Correia & Associados*) (tendo sido patrono o Prof. Doutor José Manuel SÉRVULO CORREIA) (1996-1999).

- Vogal da Comissão de Preparação de um Projecto de Proposta de Lei de Bases do Património Cultural, criada no seio do Ministério da Cultura (1997-1999).

- Advogado na *Moura, Chaves, Queirós de Barros, Cruz Martins & Associados* (1999-2002).

Nessa sociedade exerceu advocacia predominantemente em áreas relacionadas com o direito administrativo, direito fiscal e direito financeiro, em especial no que toca a: **i.)** desenvolvimento de projectos relativos ao financiamento de parcerias público-privadas que envolviam a Administração central, autárquica e entes privados, designadamente em matéria de transportes (rodoviários) – montagem da estrutura jurídica e necessário enquadramento legislativo, administrativo e de direito financeiro, **ii.)** consulta jurídica e contencioso na área da contratação pública por parte do Estado e das Autarquias locais (designadamente em matéria de energias renováveis), **iii.)** participação em concursos públicos na área ferroviária e **iv.)** contencioso tributário.

- Agregação e inscrição definitiva na Ordem dos Advogados com a classificação de Muito Bom (16.07.1999 e 24.11.1999).

- Advogado na *A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice & Associados (PLMJ)* no **Departamento de Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e Ambiente** (coordenado pela Dr.^a Sofia GALVÃO) e,

posteriormente, no **Departamento de Direito Público** (coordenado pelo Dr. Rui MACHETE), exercendo advocacia e consulta jurídica nos domínios relacionados com a contratação pública e o contencioso administrativo. Em especial, destaca-se: **i.)** o aconselhamento do Estado em matéria de direito financeiro e das autarquias locais em matéria de urbanismo e ordenamento do território; **ii.)** o aconselhamento de privado em matéria de concessões de obras públicas e **iii.)** patrocínio de recursos gratuitos e contenciosos e de acções administrativas.

- Actualmente é advogado (Associado Senior) na *Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados*, integrando o **Departamento de Direito Público** (coordenado pelo Dr. Duarte ABECASIS e pelo Mestre António VITORINO), tendo trabalhado predominantemente nas áreas da energia, da contratação pública em matéria de concessões rodoviárias, do urbanismo e ordenamento do território e do contencioso administrativo.

- Autor (com outros co-autores) do Anteprojecto de Código de Processo dos Tribunais Administrativos da Guiné-Bissau (2009).

2. DOCÊNCIA

- Monitor (1995-1996), Assistente-Estagiário, classificado em primeiro lugar no respectivo concurso (1997-2003), Assistente (2003-até à 2011) e Professor Auxiliar (2011...), tendo leccionado os seguintes cursos e cadeiras:

i.) Enquanto Monitor – Direito Internacional Público I (Regência Prof. Doutor Sérvulo Correia), Finanças Públicas I (Regência Sérgio Gonçalves do Cabo), Direito da Economia I (Regência Mestre José Maria Calheiros) e Direito Fiscal I (Regência Mestre Rogério Fernandes Ferreira);

ii.) Enquanto Assistente-Estagiário - Introdução ao Estudo do Direito (Regência Prof. Doutor Paulo Otero), Direito Comunitário (Regência Prof. Doutor Fausto de Quadros e Prof.^a Doutora Maria Luísa Duarte), Direito

Constitucional II (Regência Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva), Direito Internacional Público II (Regência Prof.^a Doutora Ana Maria Martins), Direito do Mar (Regência Prof.^a Doutora Ana Maria Martins), Relações Internacionais (Regência Prof. Doutor José Adelino Maltez), Direito Administrativo I (Regência Prof. Doutor Fausto de Quadros);

iii.) Enquanto Assistente – Direito Administrativo I (A e B, Regências Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa e Prof. Doutor Fausto de Quadros) e II (Regência Prof. Doutor Paulo Otero) e Direitos Fundamentais (Regência Prof.^a Doutora Maria Luísa Duarte) e Direito Internacional Público (Regência Prof. Doutor Blanco de Moraes).

iv.) Enquanto Professor Auxiliar – Direito Administrativo II e Direito da União Europeia, ambos sob a regência do Professor Doutor Fausto de Quadros (2010-ao presente).

Distribuição para 2012/2013 – Regência de Direito Constitucional no Mestrado Científico, regência de Direito do Procedimento Administrativo no Mestrado, colaboração em Direito Administrativo I e II, Direito da União Europeia e Direito Internacional Público na Licenciatura com os Professores Fausto de Quadros e Blanco de Moraes.

- Professor Associado Convidado da Escola Superior de Actividades Imobiliárias (2011).

Anteriormente foi:

- Assistente da Universidade Moderna (1999-2001) onde leccionou Direito Constitucional, sob a regência do Juiz-Conselheiro Luís Nunes de Almeida e, posteriormente, do Professor Doutor Fernando Condesso).

- Assistente-convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2002-2003), onde leccionou Direito Comunitário ao Curso de Sistema Jurídico da União Europeia (regência do Prof. Doutor Fausto de Quadros).

- Participação no Curso de Pós-Graduação-Ciências Urbanístico-Ambientais, na Cadeira de Direito das Expropriações, com uma exposição relativa ao *regime procedimental e processual das expropriações* (2003).
- Participação no Curso de Pós-Graduação – Direito das Autarquias Locais, com uma exposição subordinada ao tema “*Autonomia Regulamentar das Autarquias Locais*” (2004/2005 e 2005/2006).
- Docente no Curso de Pós-Graduação – Ciências Jurídico-Administrativas, encarregado da Regência (co-regência com o Mestre André Salgado de Matos) da cadeira “*Contratos da Administração Pública*” (2005/2006).
- Docente no Curso de Pós-Graduação – Ciências Jurídico-Administrativas, encarregado da Regência da cadeira “*Contratos da Administração Pública*” (2006/2007).
- Regente na Faculdade de Direito de Bissau das cadeiras de Direito Administrativo e de Introdução ao Estudo de Direito e Direito Consuetudinário (2007/2008).
- Docente no Curso de Pós-Graduação em Direito da Energia na FDUL (2008/2009).
- Regente do Módulo Direito da Electricidade na Pós-Graduação sobre Direito da Energia na Faculdade de Direito Agostinho Neto em Luanda (2009).
- Docente na formação dada pela GPCB na Universidade Nova de Lisboa, Prática Jurídica Inter-Disciplinar, módulo de Direito Público (no Mestrado) (2009) e na licenciatura (2010 e 2011).
- Docente do Módulo de Direito da Energia integrado na Pós-Graduação em Administração Pública e Direito Público Económico da Escola de Administração da Universidade Lusófona (2010 e 2011-Maio/Junho) em Lisboa.

- Docente do Módulo Direito dos Contratos Públicos integrado na Pós-Graduação em Administração Autárquica e Finanças Locais da Escola de Administração da Universidade Lusófona em Lisboa (2010).

3. OUTRAS ACTIVIDADES PROFISSIONAIS

- Jurista do Centro de Estudos Fiscais, tendo ficado classificado em primeiro lugar no respectivo concurso (2002).

- Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais¹, Dr. Vasco VALDEZ MATIAS (XV Governo Constitucional - 2002).

Nestas funções **i.)** aconselhou a Secretaria de Estado relativamente a aspectos tributários, contratação pública e função pública e **ii.)** elaborou normas orçamentais e em matéria de direito financeiro, fiscal e administrativo (tendo designadamente contribuído para a elaboração do regime jurídico das parcerias público-privadas).

- Adjunto-substituto do Chefe de Gabinete da Secretária de Estado da Administração Pública², Dr.^a Sofia GALVÃO (XVI Governo Constitucional-2004).

Nestas funções assumiu responsabilidades em áreas relacionadas com a reforma da Administração Pública, a nível da Administração Directa, Indirecta e Autárquica (em especial no que toca à reestruturação orgânica e financeira da Administração Pública, à alteração de procedimentos, ao projecto de reforma do Código do Procedimento Administrativo, à contratação privada na Administração Pública, etc.).

Procedeu ainda ao aconselhamento em matérias de Direito Administrativo, bem como à elaboração de projectos normativos nesses domínios.

¹ Que integrava o Ministério das Finanças e da Administração Pública.

² Que integrava o Ministério das Finanças e da Administração Pública.

- Adjunto da Secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Dr.^a Sofia GALVÃO (XVI Governo Constitucional - 2005).

Nestas funções assumiu responsabilidades em matéria de elaboração normativa (legislativa ou regulamentar), bem como foi adjunto responsável, por parte da SEPCM, pelo apoio às reuniões do Conselho de Ministros, bem como à coordenação das medidas legislativas necessárias à reformulação orgânica dos Ministérios.

V. PUBLICAÇÕES

- *Textos Normativos Complementares de Introdução ao Estudo de Direito*, Lisboa, 2000 (obra em que existiram outros cinco co-autores).

- *Anotação ao Acórdão do STA, de 16 de Maio de 2001*, Proc. n.º 25930, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, 2001, n.º 404, pp. 287 e ss..

- *A natureza jurídica da autoliquidação*, 2001, n.º 405, dos Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, pp. 8 e ss.

- *Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado; Em particular o Regime da Responsabilidade da Administração Pública*, *Newslexter Especial da PLMJ*, n.º 1, de 2004 (em co-autoria com a Dr.^a Sofia GALVÃO)³

- *O Poder de Modificação Unilateral do Contrato Administrativo pela Administração; as Garantias Contenciosas do seu Co-Contratante perante esse exercício*, AAFDL, 2007.

- *O Marco Regulatório do Gás Natural na União Europeia*, Revista do Instituto Brasileiro de Direito da Energia, 2007.

³ Colaborou, ainda, na publicação do Prof. Doutor FAUSTO de QUADROS, *L' Influence de la Convention Européenne des Droits de l' Homme sur les États Tiers*, *Droits et Justice*, n.º 35, Separata das Actes du Colloque à Strasbourg le 8 Juin 2001 par l' Institut International des Droits de l' Homme.

VI. CONFERÊNCIAS

- Intervenção no ciclo de conferências *Descubra o Alcance Prático do Novo Contencioso Administrativo*, promovido pelo IFE de 13 a 14 de Novembro de 2003, com uma exposição subordinada ao tema “*Descubra o alargamento dos actos administrativos impugnáveis*”.
- Intervenção no ciclo de conferências *Aspectos Práticos de Elaboração Contratual e Execução de Empreitadas de Obras Públicas*, promovido pela NPF, de 27 a 28 de Novembro de 2003, com uma exposição subordinada ao tema “*A Especificidade do Contrato de Obras Públicas numa situação de Concurso Público*”.
- Intervenção no ciclo de conferências *O Novo Código do Trabalho e suas consequências*, promovido pelo IFE de 4 a 5 de Março de 2004, com uma exposição subordinada ao tema “*Os trabalhadores estrangeiros no quadro do Novo Código do Trabalho*”, centrada nos aspectos constitucionais, comunitários e administrativos do regime dos estrangeiros e seu reflexo juslaboral.
- Intervenção no ciclo de conferências *Nova Lei dos Alvarás*, promovido pelo IFE de 29 a 30 de Junho de 2004, em colaboração com o Mestre Paulo de MOURA MARQUES (PLMJ), com uma exposição subordinada ao tema “*O project finance e os alvarás de obras públicas*”.
- Intervenção, a 15 de Julho de 2004, no *Curso Intensivo de Preparação para o Exercício da Função Notarial*, promovido pela Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito do Porto, com uma exposição subordinada ao tema “*Direito do Urbanismo, Registos e Notariado, Breve Síntese das Implicações Relevantes.*”
- Intervenção, em Outubro de 2004, em representação da Secretaria de Estado da Administração Pública do XVI Governo Constitucional, na conferência e

mesa redonda com o Doutor GARCIA PEREIRA – “*Os Desafios da Nova Administração Local-Organizar, Qualificar, Inovar*”, promovida pela ATAM- Associação nos Técnicos da Administração Municipais.

- Participação, em 1 de Dezembro de 2007, no Clube de Debate na Faculdade de Direito de Bissau, subordinado ao tema “*Os Direitos Humanos são Universais?*”

- Realização de acção de formação sobre Introdução ao Direito para funcionários e assessores da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (Fevereiro de 2008);

- Intervenção no ciclo de Conferências “*Que Constituição para a Guiné-Bissau no século XXI?*” com uma exposição subordinada ao tema “*As garantias dos administrados face à organização administrativa do Estado*” (Abril de 2008).

- Realização de Curso sobre Contratos Públicos, no Centro Cultural Português, aberto a advogados guineenses e a estudantes da Faculdade de Direito de Bissau (Maio de 2008).

- Acção de formação sobre concessões de obras públicas - IFE – Novembro de 2008.

- Acção de formação sobre empreitadas de obras públicas - IFE – Janeiro de 2009.

- Realização de sessão técnica de esclarecimento sobre o anteprojecto do Código do Contencioso Administrativo da Guiné-Bissau, em, Bissau, Novembro de 2009.

- Acção de formação sobre empreitadas de obras particulares – IFE – Novembro de 2009.

- Módulo em Pós-Graduação sobre Contratação Pública (Contratação Pública das Autarquias Locais na FDUL em 2009).

- Módulo em Pós-Graduação sobre Direito Aéreo (A Política Europeia de Segurança Aérea, na FDUL, em Janeiro de 2011).
- Conferência “Autonomia Jurídico-Administrativa” das Universidades, na FDUL, Abril de 2011).
- A repartição de competências entre a União Europeia e os Estados-Membros no Centro de Excelência da FDUL, 30 de Setembro de 2011.
- A urgência na tutela dos Direitos, Liberdades e Garantias, conferência no quadro do encontro dos Professores de Direito Público, 27 de Janeiro de 2012.
- A harmonização dos Direitos nacionais dos Estados membros no Centro de Excelência da FDUL, 10 de Fevereiro de 2012.

VII – ORIENTAÇÕES, ARGUIÇÕES E PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS DE PROVAS ACADÉMICAS

2011

Arguente na prova de Mestrado Científico de Ivan Cristina de Melo Freire, *A Internalização das Normas do Mercosul nos Ordenamentos Jurídicos dos Estados-Partes*, Julho, aprovada com 16 valores;

Arguente na prova de Mestrado Científico de Alex Ian Psarski Cabral, *A Reconstrução do Conceito de Soberania no Mercosul, Lições da Subsidiariedade Europeia*, Julho, aprovado com 16 valores;

Arguente na prova de Mestrado Profissionalizante de João Filipe Faca, *A Emergência do Direito Internacional Penal após Kampala*, 27 de Setembro, aprovada com 16 valores;

Participação no Júri de Mestrado Profissionalizante de Dora Margarida Serra da Silva Martins, *O Problema Emergente da Participação de Crianças nos Conflitos Armados*, 27 de Setembro, aprovada com 16 valores.

Arguente no Júri de Mestrado Profissionalizante de Alexandre Cortes Guimarães, *Os Fundamentos do Direito Internacional Público para as Operações Privadas Desreguladas em Alto Mar*, em 31 de Outubro, aprovado com 16 valores.

Participação no Júri de Mestrado Profissionalizante de Manuel Gouveia Pereira, *Os Danos Ecológicos ao Solo no Novo Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais*, em 30 de Novembro, aprovado com 16 valores.

Arguente no Júri de Mestrado Profissionalizante de Josseli Moraes, Soberania, Ingerência e Direito Internacional Ambiental, 16 de Dezembro, aprovado com 14 valores.

2012

Arguente no Júri de Mestrado Profissionalizante de Carlos Carvalho de Andrade Vasconcelos, *Interferência das Organizações Internacionais na Soberania dos Estados*, em 10 de Janeiro, aprovado com 13 valores.

Arguente no Júri de Mestrado Científico de Felipe Arady Miranda, *O Dever de Fundamentação das Decisões Judiciais*, em 18 de Janeiro, aprovado com 16 valores.

Arguente no Júri de Mestrado Científico de Bruna Souza Paula, *A Criança e a Liberdade de Escolha de Tratamento Médico*, em 26 de Janeiro de 2011, aprovada com 16 valores.

Arguente no Júri de Mestrado Profissionalizante de Paula Aparecida Silveira, *O Transporte Marítimo como Fonte Poluente do Meio Ambiente Marinho e a Marpol 73/78*, em 3 de Fevereiro, aprovada com 14 valores.

Participação no Júri de Mestrado Profissionalizante de João Miguel Barros Pereira, *A Protecção dos Dados Pessoais dos Trabalhadores da Administração Pública*, em 3 de Fevereiro, aprovado com 17 valores.